

África do Sul vai ter autárquicas em Novembro

Partido Inkatha parece perder terreno

PÚBLICO, 15 7.95

O PARTIDO Inkatha está aparentemente a perder terreno, a nível nacional, na campanha para as eleições autárquicas sul-africanas de Novembro. Ao mesmo tempo, concentra todos os seus esforços na província do Kwazulu-Natal, onde pretende confirmar-se como força maioritária.

Há dois anos, quando se pensou em organizar as primeiras eleições livres para todos os cidadãos da África do Sul, o Inkatha apresentava-se com credibilidade na generalidade do país, mas actualmente tende a ser uma formação essencialmente regional, de perspectivas li-

mitadas.

No fim de 1993 e início de 1994, o grupo de Mangosuthu Buthelezi conseguiu livrar-se, até certo ponto, da imagem de um partido zulu, restrito à província do Natal. Muitos brancos reconheceram que teria de ser um partido essencialmente negro a dirigir o país e optaram pelo Inkatha, que defendia a livre iniciativa.

O Inkatha conseguiu em Abril do ano passado atrair votos não só entre os zulus, mas também entre outros negros e, ainda, brancos, indianos e mestiços, ficando com mais de dez por cento dos lugares na Assembleia Constituinte. Posteriormente, no entanto, parece ter

perdido terreno e deu a impressão de um partido sem uma verdadeira estratégia nacional, mais vocacionado para o regionalismo, no âmbito do Kwazulu-Natal.

Buthelezi queria fazer crer que qualquer zulu respeitador do rei Goodwill Zwelithini, seu sobrinho, seria um partidário do Inkatha, mas o ANC conseguiu desvincular o soberano de semelhante tutela. O chefe do Inkatha continua a pedir uma mediação internacional para se decidir o verdadeiro papel da monarquia zulu, no quadro da nova África do Sul, só que Goodwill, que tem todas as suas despesas pagas pelo Governo de Unidade Nacional,

entende-se bem com o actual estado de coisas e já não parece nada disposto a fazer o jogo do controverso tio.

Para mais, um deputado de origem indiana, Farouk Cassim, anunciou que vai deixar o Inkatha por este praticar a discriminação racial. Além de que alguns militantes brancos argumentam também que o partido de Buthelezi continua essencialmente preocupado com a identidade zulu, não se empenhando na construção de uma sociedade multirracial.

Perante tudo isto, as perspectivas são pois de que o partido Inkatha não venha a médio prazo a ser muito mais do que uma força que combate pelo separatismo zulu, em oposição à unidade de todos os sul-africanos. ■

Steven Lang, em Joanesburgo

Tudo está tremido

PÚBLICO, 16.7.95

O SECRETÁRIO-GERAL da Organização das Nações Unidas, Butros Butros-Ghali, deixa hoje Angola sem, aparentemente, ter conseguido avançar muito no sentido de consolidar a paz e a estabilidade de que este país tanto necessita. E a sua visita de perto de 48 horas foi mesmo ensombrada, no sábado à noite, por um assassinio ocorrido em Luanda e que poderá voltar a complicar as relações entre o Governo e a UNITA.

Butros-Ghali esteve ontem no Bailundo a visitar Jonas Savimbi, dado que o clima existente ainda não é propício a que este se desloque a Luanda, conforme está a ser preparado desde que no dia 6 de Maio se encontrou em Lusaca com o Presidente José Eduardo dos Santos.

Sábado à noite, aquando do assassinio de um antigo comandante da polícia, José Adão da Silva, nas proximidades do aeroporto internacional 4 de Fevereiro, o secretário-geral da ONU estava no Futungo de Belas, a ouvir do chefe do Estado a afirmação de que o frágil processo de paz continuará muito tremido

enquanto não chegarem todos os capacetes azuis prometidos pelo Conselho de Segurança.

Os angolanos querem ver no seu país, até Setembro, os mais de 7.000 homens previstos para a Missão de Verificação das Nações Unidas (Unavem III), mas Nova Iorque não desejaria totalizar tais efectivos enquanto não tivesse a certeza da plena reconciliação entre o Governo e a UNITA, coisa que há um mês parecia um pouco mais perto do que actualmente.

Crime na capital

Ontem, na capital, não era tanto de Butros-Ghali que se falava, mas sim da forma lacónica como os meios oficiais haviam anunciado a morte, em condições violentas, de José Adão da Silva, que foi segundo comandante da polícia nacional de 1986 a 1988 e que após o acordo de paz de 1991 transitou para a UNITA, onde o encarregaram da segurança na área de Luanda.

Reatada a guerra no último trimestre de 1992, José Adão fi-

cou sob custódia governamental, até às vésperas da assinatura do Protocolo de Lusaca, em Novembro do ano passado. E sábado à noite, segundo testemunha ocular ouvida pelo PÚBLICO, viria a ser vítima de um tiro na cabeça e duas rajadas no tórax.

De acordo com aquela fonte, os dois presumíveis assassinos faziam-se transportar numa viatura de luxo, de fabrico sul-coreano, envergavam a farda da polícia e um deles tinha consigo um telefone portátil, que não chegou a ter tempo de utilizar. Foi logo ali detido por populares, que depois o entregaram à responsabilidade de alguns oficiais superiores da polícia. Mas o comunicado oficial diz apenas que os responsáveis pelo incidente se encontram a monte.

À primeira vista, o antigo comandante poderia pois ter sido vítima de agentes da autoridade, mas também há em Luanda quem admita a hipótese de talvez ter sido a UNITA a decidir executá-lo, por eventualmente não se ter "comportado bem" durante os dois anos em que esteve sob custódia governamental.

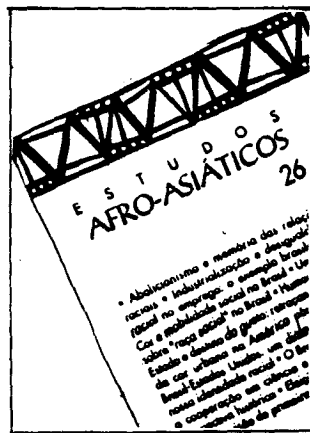
Seja como for, o episódio ensombrou bastante as belas palavras de circunstância ditas por Butros-Ghali tanto no dia da

sua chegada a Luanda, sábado, como quando ontem foi visitar unidades da Unavem destacadas nas províncias do Huambo e de Benguela.

Por outro lado, o ministério da Defesa mandou sair agora das suas instalações 70 quadros da UNITA que ainda lá se encontravam desde os tempos em que haviam estado detidos, após a guerra que se seguiu às eleições gerais de 1992. E essas pessoas tiveram de ir viver para tendas, na periferia da capital.

O secretário-geral da ONU faz hoje, à despedida, um balanço quicá positivo dos contactos com José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi; mas o povo continua céptico. ■

Aguiar dos Santos, em Luanda



Butros-Ghali deixou promessas

PÚBLICO, 17.7.95

O SECRETÁRIO-GERAL da Organização das Nações Unidas (ONU), Butros Butros-Ghali, deixou ontem ao princípio da tarde Luanda com a promessa de que até ao fim de Agosto deverão chegar a Angola as unidades de infantaria que faltam para se completar a Missão de Verificação (Unavem III).

Butros-Ghali, que seguiu directamente para Gbadolite, para uma visita ao Presidente do Zaire, Mobutu Sese Seko, antes de se deslocar ao Burundi, recordou também que, em Setembro, haverá em Bruxelas uma conferência internacional de doadores, designadamente para que a União Europeia possa aumentar o seu contributo para as operações de consolidação da paz em Angola.

Calcula-se que, ao longo dos próximos três anos, o funcionamento da Unavem e os trabalhos de desminagem, para uma normalização da vida angolana, possam custar tanto como 800 milhões de dólares (cerca de 120 milhões de contos).

No entanto, apesar destas promessas, o aquartelamento de todas as forças da UNITA e do Governo, o regresso dos deputados do Galo Negro ao Parlamento e a formação de um Governo de Unidade e Reconciliação Nacional são tarefas que ainda

se irão arrastar, no mínimo, pelos próximos cinco meses, não sendo fácil acreditar que estejam prontas antes do fim do ano.

Butros-Ghali anunciou, por outro lado, que o líder da UNITA, Jonas Savimbi, lhe disse sábado no Bailundo que aceita, em princípio, um cargo de vice-Presidente da República, mas que continua a aguardar um convite formal nesse sentido. E é sabido que o Comité Central do MPLA ainda se terá de reunir para definir as atribuições e competências dos dois vice-presidentes que se pretende introduzir na Constituição.

Depois disso, a Assembleia Nacional, eventualmente já com a presença dos deputados eleitos pela UNITA em 1992, terá de proceder, a partir de Outubro, à revisão do texto constitucional; mas o grupo técnico que trata do assunto ainda não terminou os seus trabalhos.

O partido de Savimbi está actualmente a concentrar os seus militares em 52 zonas, a partir das quais deverão deslocar-se depois para as 14 áreas de aquartelamento, logo que a ONU garanta as condições logísticas para tal. Como são sensivelmente 60 mil homens, e como cada um deles tem, em média, a seu cargo, quatro

pessoas, isso significa arranjar comer para umas 300 mil pessoas...

Para além de se aquartelar a UNITA, com vista à sua futura fusão com as Forças Armadas governamentais, há que desarmar a população civil e que restabelecer a administração do Estado em todos os municípios, incluindo os que durante algum tempo estiveram sob o controlo dos homens de Savimbi.

Formação dos militares

Só depois de terminada a formação das novas Forças Armadas Angolanas, com a plena junção dos elementos dos dois lados e com a passagem à disponibilidade dos excedentes, é que se poderá dizer que o país está efectivamente mais tranquilo, livre do perigo de mais uma guerra.

Por isso mesmo, é de duvidar que antes do próximo ano haja elementos da UNITA na polícia e nas mais altas estruturas do Estado, sabendo-se como é que todo o processo de interrupção das hostilidades e de transição para a paz tem sido moroso.

Butros-Ghali declarou ter notado durante os contactos dos últimos dias com o Presidente da República, Jo-

sé Eduardo dos Santos, e com o chefe da oposição que há uma grande vontade de reconciliação, mas a verdade é que ainda persiste uma grande distância entre as intenções manifestadas e as acções, sabendo-se até que a noção africana de tempo não é propriamente igual à europeia...

Ontem, ainda antes de o secretário-geral das Nações Unidas ter deixado Angola, Eduardo dos Santos partiu de férias para França [enquanto a Lusa noticiava que também Savimbi iria viajar, com destino desconhecido]. Segundo alguns meios da comunicação social angolana, o Presidente da República teria ido para a Côte d'Azur, por possuir uma residência na região de Nice.

Entretanto, o secretário-geral do MPLA, Lopo do Nascimento, cujo nome chegou a ser apontado para uma das vice-presidências, a par do de Savimbi, encontra-se na África do Sul; e o ministro das Relações Exteriores, Venâncio de Moura, seguiu ontem à tarde para Lisboa, onde deverá reunir-se, quarta-feira, com o ministro português dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso, e outros dos seus homólogos lusófonos. ■

Aguar dos Santos,
em Luanda

Cabo Verde está a três meses de novo ciclo eleitoral

PAICV renova-se e tenta regresso

PÚBLICO, 17.7.95

José Vicente Lopes,
na Cidade da Praia

A velha bandeira de Aristides Pereira e de Pedro Pires continua a ser agitada com orgulho pelos seus correligionários, que gostariam de a resgatar da derrota sofrida há quatro anos e meio, quando ela própria foi vítima do multipartidarismo que aprovava.

Os dirigentes do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), que dirigiu o país durante os primeiros 15 anos e meio da independência e que foi derrotado nas eleições de 1991, dizem-se prontos a regressar ao poder, tendo para o efeito realizado, durante este último fim-de-semana, o seu VII Congresso.

Sob o lema "Para um país vencedor", os cerca de 300 delegados de todas as ilhas do arquipélago e, ainda, da emigração em Portugal e nos Estados Unidos deram o primeiro passo nesse sentido ao reelegerem Pedro Pires para a presidência partidária e Aristides Lima para o lugar de

secretário-geral. Ao mesmo tempo que ampliavam a Comissão Política de 12 para 17 elementos e que a tornavam integralmente constituída por pessoas que só aderiram ao partido após a proclamação da independência, em 1975. De fora ficaram os históricos Silvino da Luz e Olívio Pires, sob a alegação de que não residem na Cidade da Praia (Santiago), mas sim na ilha de São Vicente, não estando portanto disponíveis para um trabalho contínuo daquela equipa ou para quaisquer reuniões de emergência.

A decisão demonstra que o PAICV — derivado há 14 anos do antigo braço cabo-verdiano do PAIGC criado em Bissau por Amílcar Cabral e Aristides Pereira — conseguiu arrumar a casa e rejuvenescer-se, passada que foi a agitação verificada em 1991,

após a pesada derrota sofrida tanto nas legislativas como nas presidenciais. Na altura, alguns rostos históricos começaram a ser afastados ou tiveram que dar a primazia aos novos. Aristides Lima, até então figura sem grande expressão, acabou por ser eleito secretário-geral, em substituição do antigo primeiro-ministro Pedro Pires, remetido para o cargo honorífico de presidente.

Passados mais de três anos sobre o reajustamento, alguns observadores na Cidade da Praia chegaram a prever que esta bifolia fosse agora posta em causa, pois era voz corrente que Aristides Lima não se sentia à vontade sob a sombra tutelar de um ho-

Continua na pág. 3

Savimbi com o caminho livre para a vice-presidência

Novas eleições no ano 2000

PÚBLICO, 18.7.95

Aguiar dos Santos,
em Luanda

A Assembleia Nacional de Angola reformou ontem a Constituição criando duas vice-presidências, mas Jonas Savimbi, que só ascenderá ao cargo após a desmilitarização da UNITA, será a terceira figura do Estado. Pelo caminho, os deputados da maioria estipularam ainda a recondução do actual parlamento por mais uma legislatura.

A bipolarização política angolana ficou praticamente consagrada com a aprovação, ontem, pela Assembleia Nacional (AN), do projecto de alteração da Constituição que passará a considerar José Eduardo dos Santos como o Presidente eleito por ter vencido (com 49,6 por cento) a primeira volta das presidenciais de 1992, ao mesmo tempo que atribui a Jonas Savimbi, que obteve o segundo lugar no escrutínio, uma das

Continuação da pág. anterior

PAICV renova-se e tenta regresso

mem que se destacara na luta pela independência travada em solo guineense. Por outro lado, certos sectores do próprio PAICV manifestavam-se insatisfeitos com o desempenho do seu actual líder, cuja maneira de ser calma, honesta e demasiado intelectual pouco se coaduna com a ferocidade dos adversários.

Contudo, tais questões passaram ao largo deste congresso, que decorreu com as portas abertas à imprensa e ao público, contando ainda com a presença de convidados estrangeiros, entre eles Carlos Costa, do Partido Comunista Português. O próprio Aristides Lima acabou por se manifestar favorável ao esquema em vigor, garantindo que Pedro Pires — que não faz parte da Comissão Política — goza da sua inteira confiança política e que é um quadro que, pelo seu valor, nem o PAICV nem Cabo Verde se podem dar ao luxo de dispensar.

duas vice-presidências do país.

Embora os dois vices entrem simultaneamente em funções, no caso do parágrafo relativo ao líder da UNITA ressalva-se que ele só ascenderá ao cargo após a desmilitarização das forças do seu partido e da extensão da administração do Estado a todo o país.

Aprovado quase exclusivamente com os 69 votos da bancada maioritária do MPLA, a lei defende ainda a prerrogativa automática, a partir de 1996, e por mais quatro anos, de um segundo mandato para todos os 220 deputados dos 12 partidos com assento parlamentar, uma vez comprovada a "impossibilidade de se realizarem eleições legislativas" no próximo ano.

Afirma-se no texto que a segunda legislatura entrará começará 15 dias após a entrada em funções do "Governo de Unidade e Reconciliação Nacional", expirando o seu mandato depois das próximas legislativas.

Contas feitas, isso significa que os deputados eleitos em 1992 permanecerão nos seus lugares até ao ano 2000, o mesmo sucedendo ao Presidente José Eduardo dos Santos, que, tal como Jonas Savimbi, ficará isento da segunda volta das presidenciais que será simplesmente anulada.

Uma fonte do MPLA disse ao PÚBLICO que "nada está a ser feito" sem a anuência do líder da UNITA, que deu luz verde a estas

alterações constitucionais ao receber quinta-feira, no Bailundo, os enviados do Presidente. Na mensagem que lhe foi enviado por este, terá sido também ultrapassado o impasse sobre as futuras competências de Savimbi, uma vez que elas serão delegadas por Eduardo dos Santos.

No entanto, e numa manifestação de aparente "falta de sintonia com a sua direcção", uma acusação ontem feita pela bancada do MPLA, os deputados da UNITA acabariam por chumbar o pacote legislativo aprovado pela AN e que incluía uma segunda revisão constitucional.

O motivo alegado foi de que se estava "perante uma imposição da bancada maioritária" ao fazer uso de diferentes critérios para uma mesma medida. E que enquanto do vice-Presidente do MPLA se diz, sobre a delegação de competências, que a ele caberá substituir o Presidente da República nas suas "ausências ou impedimentos temporários", relativamente ao da UNITA exige-se que só Jonas Savimbi pode ocupar o cargo.

E, pois, ponto assente que Jonas Savimbi aceitou ser a terceira figura da hierarquia do Estado, especulando-se agora que será encarregado da área social, com algumas competências em matéria de política externa como forma de tirar partido das suas amizades no estrangeiro e angariar

apoios financeiros para a reconstrução do país.

No hemiciclo, viveu-se ontem um dos dias mais agitados desde que a AN entrou em funções, há dois anos e meio, com algumas forças da oposição a considerarem a proposta da bancada do MPLA "um golpe constitucional contra a democracia em Angola". Para a deputada Anália Vitória Pereira, presidente do Partido Liberal Democrático, "o comportamento da bancada do MPLA revela falta de dignidade e seriedade", ao mesmo tempo que o projecto aprovado apenas "teve a anuência das duas partes (UNITA e MPLA) já que nós [a oposição] não estamos a interferir no processo tudo se passa a dois".

A deputada seria secundada por outras vozes, por exemplo da FNLA, para quem é imprescindível organizar a conferência da paz e reconciliação nacional, aceite há meses por Eduardo dos Santos para juntar todas as forças da sociedade civil perante decisões tão importantes para o futuro do país, e do deputado e líder do PDP/ANA, Mfulupinga Vitor, que ainda perguntou se tudo não passava de uma brincadeira, mas a tudo a bancada de 130 deputados do MPLA, que ontem estava reduzida a metade, respondeu que não, já que para "construir a felicidade dos angolanos" também a "grande família" tem estado a engolir muitos sapos vivos. ■

Por sua vez, ao discursar sexta-feira na abertura do Congresso, Pires colocou a tônica na unidade, unidade essa que, segundo ele, permitiu que o PAICV resistisse às tentativas aniquiladoras vindas do único rival que tivera nas primeiras legislativas multipartidárias, o Movimento para a Democracia (MpD), de Carlos Veiga, primeiro-ministro há quase quatro anos e meio. "O PAICV não pode ser destruído", sublinhou o respectivo presidente. "Tem raízes profundas nas terras áridas de Cabo Verde. Resiste às secas mais prolongadas e mal caíam as primeiras chuvas começa a 'beninar'" [florir].

Moção de estratégia

A pensar nas próximas eleições autárquicas, legislativas e presidenciais, os congressistas procedem igualmente à apro-

vação de uma moção de estratégia. Numa altura em que o MpD procura vencer a sociedade de que não há uma alternativa credível ao seu programa de governação, o Congresso da Praia procurou demonstrar o contrário, tendo para isso contado com a colaboração de 100 quadros, militantes ou não, que elaboraram as "Bases gerais do Governo do PAICV".

Segundo Aristides Lima, o partido prepara-se para devolver aos cabo-verdianos a esperança; e ao país a credibilidade e o respeito de que outrora gozava no plano internacional. Nos campos político e económico, o PAICV diz-se a favor da democracia e de uma "economia de mercado com justiça social e mais investimento no capital humano, corpo alternativo ao liberalismo selvagem e retrógrado adoptado pelo MpD e que conduziu o país à situação de crise económica e social em que está, com resultados visíveis para

todos, como o agravamento do desemprego, da pobreza, da marginalização e exclusão sociais".

Em termos institucionais, defende a revalorização da figura do Presidente da República, para além de maior autonomia dos deputados, mais transparência na condução da vida pública e uma maior participação cívica, pelo que é a favor de um sistema que permita a grupos de cidadãos concorrer às legislativas, lado a lado com os partidos.

O novo ciclo eleitoral cabo-verdiano deverá começar em Outubro, com as autárquicas, seguindo-se em Dezembro as legislativas e em Janeiro as presidenciais. Para além do MpD, do PAICV e do PCD, também poderão estar em liça a velha mas pequena União Cabo-Verdiana Independente e Democrática (UCID) e o Partido Social Democrático (PSD), legalizado há duas semanas e dirigido por João Além. ■

MNE angolano confirma em entrevista ao PÚBLICO

José Eduardo e Savimbi reúnem-se em Bruxelas

PÚBLICO, 19.7.95

Jorge Heitor

O ministro das Relações Exteriores angolano confirmou que a próxima reunião entre o Presidente da República e o líder da UNITA, depois da de Maio em Lusaca, deverá ser em Setembro na capital belga, quando de uma conferência internacional de doadores que visa reunir pelo menos 800 milhões de dólares para a reconstrução do devastado país.

Venâncio de Moura, actual chefe da diplomacia de Angola, depois de durante mais de 15 anos haver sido vice-ministro das Relações Exteriores, confirmou ontem ao PÚBLICO, durante entrevista dada num hotel de Lisboa, que o Presidente José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi vão aproveitar a conferência de doadores que se efectua em Setembro para se reunir de novo, quatro meses após a cimeira de Lusaca.

O ministro, que na véspera estivera a conferenciar na capital portuguesa com os seus pares dos demais países lusófonos, disse ser entendimento do chefe do Estado e do líder da oposição que a sua presença conjunta em Bruxelas dará

muito mais peso ao apelo internacional que vai ser feito para a reconstrução de Angola.

Venâncio, de 55 anos, declarou ainda ao PÚBLICO desejar sensibilizar toda a opinião estrangeira para a necessidade de se conseguir um mínimo de 800 milhões de dólares para as tarefas mais prementes de normalização da vida angolana: desminagem, reconstrução de vias férreas, estradas, hospitais e outras infra-estruturas.

Há que reunir condições para atrair o capital privado, corrigir os desequilíbrios económicos e atenuar uma dívida externa que ronda os 11 mil milhões de dólares, observou aquele alto quadro do MPLA, ao ressaltar a importância de o Governo e a UNITA se reconciliarem e de aparecerem juntos aos olhos do mundo, numa conferência internacional de doadores.

A cimeira de Bruxelas ajuda a que se mantenha a esperança adquirida com o encontro histórico de Lusaca e supere a dificuldade que até agora houve de Jonas Malheiro Savimbi ir até Luanda, alegadamente por questões de segurança. Ou seja, dá mais uma alicha a um processo que se pretende irreversível, apesar das diferentes dificuldades que vão surgindo pelo caminho, como ainda esta semana o foram as críticas feitas pelo secretário-geral da UNITA, Paulo Lukamba "Gato", e que Venâncio de Moura considerou representativas de uma certa corrente radical que ainda existirá naquele partido.

O ministro das Relações Exteriores revelou ao PÚBLICO que, antes do primeiro encontro oficioso para contactos

exploratórios entre o Governo angolano e o Galo Negro, realizado no distrito de Évora, em Abril de 1990, já estivera por diversas vezes em Portugal, de forma bastante sigilosa no que diz respeito à comunicação social mas com conhecimento das autoridades, para aqui começar a estabelecer uma ponte com enviados de Savimbi.

À espera da paz total

Foi essa a génese dos acordos de paz concluídos em Bicesse no segundo trimestre de 1991, actualizados pelo Protocolo de Lusaca em Novembro do ano passado e reforçados pela cimeira de State House, sob a égide do Presidente zambiano, Frederick Chiluba, em 6 de Maio último. Mas a paz só será total quando todas as tropas estiverem devidamente aquarteladas, se desmobilizarem os excedentes, se desarmar a população e se consolidarem as novas Forças Armadas Angolanas (FAA), sob o olhar atento da Missão de Verificação das Nações Unidas (Unavem III), que antes do fim de Agosto não deverá ter no terreno todos os cerca de 7600 homens previstos pelo Conselho de Segurança.

Venâncio de Moura disse ao PÚBLICO que quando estiver a funcionar em pleno, depois da ocupação integral dos lugares conquistados pela UNITA nas legislativas de 1992, o Parlamento deverá ratificar a decisão de se criarem dois lugares de vice-presidente da República, partindo-se então para um Governo de Unidade Nacional e para a renovação por mais quatro anos do

mandato da actual legislatura.

Por outro lado, mesmo sem quaisquer condições práticas de se voltar tão depressa às urnas, pois nem se sabe ao certo quantos são hoje em dia os angolanos (à volta de 9,5/10 milhões), o entrevistado esclareceu que ainda não foi posta definitivamente de lado a hipótese de em 1997 ou 1998 se concretizar a segunda volta das presidenciais. Ao contrário do que davam a entender algumas notícias vindas ultimamente de Luanda do que era a vontade de certas figuras do MPLA, para as quais José Eduardo dos Santos deveria ser efectivamente confirmado como Presidente eleito apesar de não ter chegado bem aos 50 por cento dos votos na primeira volta, em Setembro de 1992, mantém-se a eventualidade de um desempate com Savimbi.

Para Venâncio, não haverá propriamente um primeiro e um segundo vice-presidentes. Não quer hierarquizar-los, mas reconhece que o vice-presidente que seja do MPLA é que substituirá o chefe do Estado em qualquer impedimento deste ou ausência no estrangeiro: "Em nenhuma circunstância será o chefe da oposição a substituir o Presidente da República".

Teoricamente, a junção de todas as tropas angolanas e a designação pela UNITA de uns quantos governadores provinciais e ministros é tarefa a cumprir até ao fim deste ano. No entanto, o ministro das Relações Exteriores reconheceu ser mais realista acreditar que não haverá Governo de Unidade Nacional nem dois vice-presidentes no exercício do cargo antes do início de 1996. ■

Reforma constitucional em Angola

Savimbi e "Gato" não se entendem

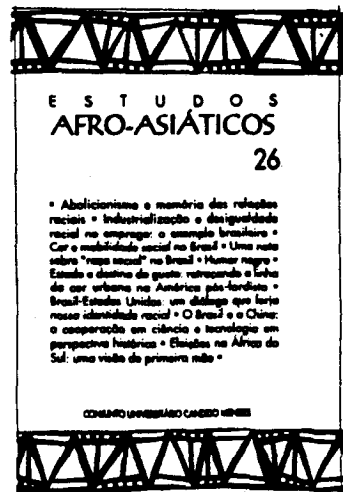
PÚBLICO, 20.7.95

O LÍDER da UNITA, Jonas Savimbi, "sentiu-se regozijado" com a aprovação pela Assembleia Nacional da lei que autoriza a revisão da lei fundamental angolana, afirmou ontem o representante especial da ONU, Alioune Blondin Beye, depois de uma visita ao Bailundo. A reacção de Savimbi contrasta com a do secretário-geral da UNITA, Paulo Lukamba "Gato", que numa conferência de imprensa em Roma criticou a votação do Parlamento de Luanda, dizendo: "Ainda hoje, o Governo pro-

cura a legitimidade que as eleições não lhe deram, através de uma reforma constitucional. É uma reforma inútil, pois as regras já foram escritas no tratado de Lusaca."

Na opinião de "Gato", um dos mais importantes chefes militares da UNITA, "só uma aplicação definitiva" do protocolo assinado em 1994 na capital da Zâmbia, "com um cessar-fogo bilateral, a formação de um exército nacional graças à desmobilização de cinco mil mercenários, o desmantelamento da

policia antimotins, a formação de um governo de unidade nacional, a recomposição de um parlamento representativo e a convocação de eleições livres, pode garantir uma saída positiva para o processo de paz em Angola". A revisão da lei constitucional, que estabelece legalmente a criação de dois postos de vice-presidente da República, foi um acto negociado "entre os irmãos angolanos", disse Beye, citado pela agência Lusa, e por isso Savimbi "sentiu-se regozijado". ■



Reportagem causa "graves prejuízos" Governo de Cabo Verde quer uma "compensação"

PÚBLICO, 21.7.95

O GOVERNO cabo-verdiano está "aborrecido" pela forma "tendenciosa" como a RTP, através do seu canal internacional, tratou a questão da epidemia de cólera, que há oito meses assola Cabo Verde. E reivindica, à televisão portuguesa, uma "compensação" ao arquipélago, por a notícia, transmitida no Telejornal do dia 4, ter causado "graves prejuízos à Cabo Verde".

Estas afirmações foram feitas pelo secretário de Estado da Economia, José Luís Livramento, na quarta-feira à noite, à Rádio Nacional de Cabo Verde. "É uma questão que tem de ser vista com cuidado", referiu o governante, a propósito do efeito que a notícia da RTP causou nos turistas portugueses, os quais têm desistido de escolher o arquipélago africano para passar as suas férias.

A reportagem da RTP sobre a cólera, feita pela jornalista Alexandra Borges, incluiu depoimentos do primeiro-ministro, Carlos Veiga, e do ministro da Saúde, João Medina, e mostrou, pela primeira vez, imagens da enfermaria do Hospital Agostinho Neto, onde estão os doentes infectados por esta epidemia.

Referindo-se ao surto de cólera, João Medina manifestou a impotência do seu governo em acabar com a doença, que acredita ter origem no continente africano. Esta entrevista foi duramente criticada, dias depois, pelo gerente de um hotel da ilha do Sal, o qual lamentou que o ministro não tenha referido que a epidemia está circunscrita a Santia-

go e a outras ilhas de Sotavento. Para o hoteleiro o problema não se coloca nas ilhas de Barlavento, como o Sal (principal destino turístico de Cabo Verde).

Consequência ou não das notícias referentes à cólera, divulgadas pela imprensa portuguesa, os hotéis do Sal encontram-se praticamente vazios. No entender de alguns operadores, a campanha turística deste ano está seriamente posta em causa. Na opinião de Manuel António Lobo, gerente do principal hotel da ilha do Sal, "o turismo não terá desenvolvimento enquanto não se acabar com a cólera".

Esta e outras declarações demonstram o grau de preocupação que a cólera tem causado no país, onde, em 1977, houve uma outra epidemia. Os principais partidos da oposição acusam o Governo de não ter tomado medidas preventivas atempadas para combater a doença, e usam a epidemia como pretexto para demonstrar a degradação do nível de vida dos cabo-verdianos nos últimos anos.

Nas suas declarações, José Luís Livramento criticou a reportagem da RTP, por esta dar a entender que o país se encontra "encharcado" em cólera. "Creio que a RTP deve esclarecimentos e algum serviço a Cabo Verde para compensar o prejuízo", acrescentou, sem especificar que tipo de serviço, adiantando estar o governo cabo-verdiano a considerar a tomada de "medidas a nível interno".

De acordo com as autoridades cabo-verdianas, desde No-

vembro — quando a epidemia foi oficialmente confirmada — já se registaram cerca de quatro mil casos de cólera, a uma média diária de 57 novos doentes. O surto de cólera provocou, só no mês passado, 94 mortos.

Um novo foco da doença foi registado no concelho de Santa Catarina, na ilha de Santiago, revelou ao PÚBLICO uma fonte do ministério da Saúde. Nos últimos sete dias, morreram 13 pessoas e a região, no interior da ilha, encontra-se privada de água há uma semana. A mesma fonte referiu que estas mortes devem-se ao facto de os doentes só procurarem as estruturas de saúde quando se encontram à beira da morte.

Cabo Verde recebe emissões da RTPi e da RDPi, desde há quase um ano, quando o primeiro-ministro português, Cavaco Silva, se deslocou a Cabo Verde para a inauguração oficial das transmissões, em Novembro de 1994. As autoridades da Cidade da Praia foram céleres a dar o seu aval às emissões da RTPi, o que é apontado, pelos governantes de ambos os países, como uma manifestação da boa vontade dos cabo-verdianos em aprofundar a cooperação e os tradicionais laços históricos e culturais com Portugal.

Além de garantir a formação de quadros cabo-verdianos no sector, a televisão estatal enviou, há duas semanas, mais um lote de equipamentos (no valor de 150 mil contos) para a Televisão Nacional de Cabo Verde. ■

José Vicente Lopes,
na cidade da Praia

Morreu "Pedalé"

PÚBLICO, 24.7.95

O MINISTRO angolano da Defesa, Pedro Maria Tonha, "Pedalé", de 54 anos, morreu ontem em Londres, "vítima de prolongada doença", refere um comunicado do Governo divulgado em Luanda.

"Pedalé", que em 1979 chegou a ser encarado por algumas pessoas como uma das alternativas para a sucessão do Presidente António Agostinho Neto, também falecido no estrangeiro, mas em Moscovo, nascera em 1942 na província de Cabinda.

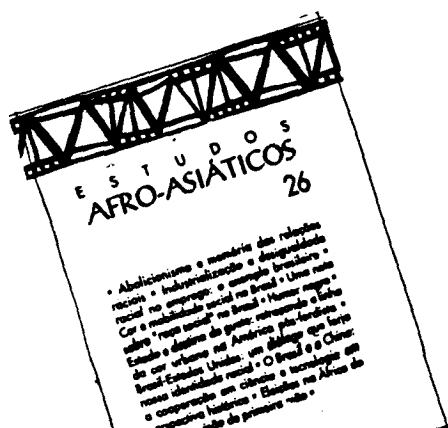
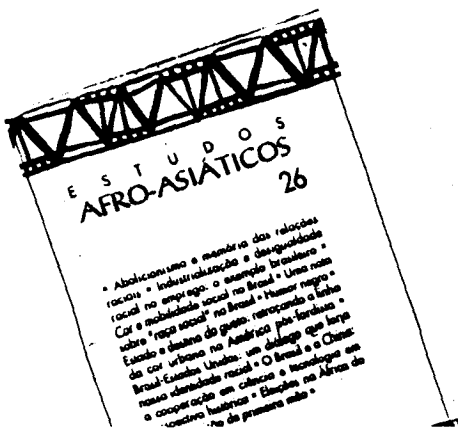
Em 1961, ano do início da luta armada pela independência de Angola, o jovem Pedro enquadrou-se num grupo do MPLA na República do Congo (Brazzaville) e foi receber treino militar em Marrocos.

No ano seguinte foi preso pelas autoridades zairenses, quando pretendia entrar no Leste angolano. Libertado daí a algum tempo, foi incumbido de abrir a segunda região militar do MPLA, precisamente em Cabinda, a sua província natal, dominada pela poderosa floresta de Maiombe.

Em 1967 caiu num campo de minas e perdeu a vista durante seis meses, tendo no ano seguinte sido eleito para o Comité Director do MPLA, passando depois a membro do Bureau Político.

Em 1974 participou na assinatura do cessar-fogo entre as forças de Agostinho Neto e as de Portugal, no fim de 1975 — proclamada a independência — foi nomeado governador da província do Huambo, de onde passaria a vice-ministro da Defesa e, logo a seguir, a titular desse mesmo cargo, que desempenhou durante 15 anos.

"A sua morte é uma grande perda para Angola", disse ontem à agência Lusa o representante da UNITA na Comissão Conjunta encarregada de aplicar o Protocolo de Lusaca, Isaias Samakuva. ■



“O governo não cumpre os acordos firmados no CCS”

— Acusa Júlio Ascensão Silva, secretário-geral da UNTC-CS

NOVO JORNAL, 22.7.95

Júlio Ascensão Silva, secretário-geral da UNTC-CS (União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde — Central Sindical), acusa o governo de desrespeitar os acordos firmados no Conselho de Concertação Social (CCS) e ameaça abandonar esse órgão, caso o executivo de Carlos Veiga não resolva, até os finais deste mês de Julho, a questão dos marítimos.

ALEXANDRE SEMEDO

Em conferência de imprensa, realizada na passada quinta-feira, 20, na sede da UNTC-CS, sita na Fazenda, Praia, Júlio Ascensão Silva acusou o executivo de Carlos Veiga de desrespeitar os acordos firmados a nível do CCS. O responsável sindical releva que, “apesar de poucos, a verdade é que alguns acordos que reputamos ser de grande importância para a vida dos trabalhadores” estão a ser “pura e simplesmente desrespeitados pelo governo”.

Segundo o dirigente daquela central sindical, essas preocupações e intenção foram dadas a conhecer ao presidente do CCS, em carta datada de 10 de Julho passado, mas “até ainda não obtivemos qualquer resposta”.

É por esse motivo que a UNTC-CS se viu obrigada a “denunciar, através dos meios e vias que entender úteis”, o desrespeito e o não-cumprimento, “responsabilizando” o governo pelas consequências que daí possam advir.

No mesmo colectivo à imprensa, Júlio Ascensão Silva deixa a ameaça de que, se até os finais de Julho, o executivo do Palácio da Várzea não resolver a questão dos marítimos, “estes, através do seu sindicato representativo — o Sindicato de Metalomecânica, Transportes, Turismo e Comunicações, (SIMETEC) —, recorrerão a outras formas de luta” para fazer cumprir o acordo firmado em Novembro/Dezembro de 1994, no CCS.

“Há uma sistemática violação do regimento do CCS”

O dirigente da UNTC-CS acusa o governo de ter uma “clara inten-

ção” de “utilizar” o CCS como um mero avalista das suas medidas e/ou políticas” que pretende adoptar num determinado momento. “É o que se verificou no processo de revisão da Lei Laboral”, ilustra.

Ainda segundo Júlio Silva, regista-se uma “violação sistemática do regimento do CCS”, quer no que se refere aos prazos fixados para a realização das reuniões ordinárias, quer no que tange ao envio da documentação de suporte. Criada há dois anos, pelo Decreto-Lei 35/93, de 21 de Junho, estipula o regimento do CCS que as suas reuniões ordinárias devem acontecer duas vezes por ano, sendo uma no primeiro trimestre (1 de Fevereiro a 15 de Março) e a outra no quarto (1 de Outubro a 15 de Novembro). Das quatro reuniões efectuadas, aponta o secretário-geral da UNTC-CS, apenas a primeira (4-5 de Novembro de 1993) foi realizada dentro do prazo regimental.

No entendimento de Júlio Silva há uma notória tentativa de subestimação e subalternização do CCS. “E esses factos ficaram provados no decorrer da última reunião, ocorrida a 17 de Maio passado, na qual as sessões de trabalho tiveram que ser realizadas à noite, porque durante o dia, alguns membros do CCS se encontravam envolvidos noutras tarefas”, assevera.

Acordos violados

A questão dos marítimos promete um agitar de águas nos próximos tempos. No colectivo à imprensa de quinta-feira última, Júlio Ascensão Silva disse que mais de sete meses se passaram sobre a terceira reunião do CCS, realizada de 28 de Novembro a 2 de Dezembro. “O governo nada fez, até agora, no sentido de traduzir em lei, aquilo que, em sede de concertação social, ele próprio aprovou, juntamente com os parceiros sociais, nomeadamente empregadores e sindicatos”.

Segundo o conferencista, acordou-se e recomendou-se ao governo na mencionada reunião, que o marítimo que efectue matrículas consecutivas por período de duração não inferior a 2 anos e, pelo, adquira vínculo com a empresa com a qual labora.

Um outro acordo, frisava o dirigente sindical, apontava que os despedimentos sem justa causa ou por redução de actividade confere o direito a uma indemnização nos termos da lei geral e que a movimentação do pessoal rege-se nos termos do artigo 38º “jus variandi” do regime jurídico geral das relações de trabalho. “Também se acordou que a idade da reforma para os trabalhadores marítimos deverá baixar de 65 para 60 anos”, lembra.

Concernente à Previdência Social, Júlio Silva assegurou que houve acordo no tocante à alteração das disposições que regulamentam o esquema do INPS (Instituto Nacional de Previdência Social): a redução do limite da idade de reforma; e o aumento de 45 para 60 dias de licença de parto para as mulheres em serviço nas empresas públicas e privadas, e para a qual foi recomendada a criação de uma equipa técnica para proceder ao estudo, visando a revisão da legislação sobre a matéria.

“Surpreendentemente, o governo acaba de pôr em causa a equipa técnica, que ele mesmo, em sede de concertação social, ajudou a criar, juntamente com os parceiros sociais, tendo agora optado pelo lançamento dum concurso, cuja data ainda se desconhece”, lamenta.

Júlio Silva acusa o governo de Carlos Veiga de ter faltado à verdade aos funcionários públicos, ao prometer-lhes, publicamente, um aumento real de 5 por cento e só lhes ter concedido, 5 por cento nominal. No tocante ao reajustamento salarial na Função Pública (FP), o dirigente da UNTC-CS releva que, para além do aumento que viesse a ser concedido em 1995, ficara ainda acordado um reajustamento às categorias mais baixas da FP. “O CCS, e bom dizê-lo, reconheceu a enorme injustiça de que foram alvo aquelas categorias, aquando da introdução do PCCS (Plano de Cargos, Carreiras e Salários)”, revela e assegura que isso “esteve na base de aceitação dos 5 por cento, por parte da UNTC-CS, em 1994”.

Vê-se por tudo isso que desenvolvimentos vários poderão vir a ter lugar nos próximos tempos, principalmente a “tempestade” dos marítimos.

Lukamba Paulo "Gato" falou ao PÚBLICO

UNITA descontente com Beye

PÚBLICO, 22.7.95

Jorge Heitor*

A UNITA não achou nada bem que o representante das Nações Unidas em Angola tivesse falado de regozijo de Savimbi com as decisões tomadas pelos deputados; e o secretário-geral Lukamba Paulo disse ao PÚBLICO que só haverá nova cimeira "se daqui até Setembro o processo de paz for metido nos carris".

Lukamba Paulo, "Gato", secretário-geral da UNITA, afirmou-nos ontem — em contacto telefónico feito para Paris — que Jonas Savimbi só voltará a reunir-se com o Presidente José Eduardo dos Santos, em Bruxelas ou noutra cidade, que não Luanda, se de aqui até Setembro o processo de paz "for metido nos carris", depois das divergências surgidas esta semana com atitudes tomadas por deputados do MPLA.

"Gato" declarou ao PÚBLICO ser "irrelevante" o lugar da cimeira, Joanesburgo, Paris, Genebra ou Bruxelas, pois que o que importa é averiguar a constitucionalidade dos actos a que se assistiu na Assembleia Nacional, com dispensa da segunda volta das presidenciais, criação de duas vice-presidências e prorrogação automática do mandato dos deputados eleitos em Setembro de 1992.

O secretário-geral da UNI-

TA, que durante as últimas semanas esteve na Espanha, na Bélgica e na Itália, disse-nos que dentro de dois dias regressa ao Bailundo, dirige aí uma reunião do secretariado do partido e então a mesma "poderá ou não aconselhar o presidente Savimbi a convocar a Comissão Política", a fim de se debater "a gravidade da situação criada" por "atitudes unilaterais e golpistas" de Luanda.

Para ele, o que há que ver agora é "como abrir a porta", depois das decisões tomadas exclusivamente por algumas dezenas de deputados governamentais e acerca das quais o principal partido da oposição não achou nada bem que o representante das Nações Unidas em Angola houvesse dito que Savimbi se regozijara.

"O presidente da UNITA absteve-se de reagir às decisões da Assembleia Nacional", dizia um comunicado datado do Bailundo e transmitido na quinta-feira à noite para a redacção do PÚBLICO pelo "secretário-geral interino", Marcial Adriano Dachala.

"O problema maior para todo o país é a consolidação da paz e a subsequente formação de um único Exército Nacional equilibrado e coeso", acrescentava esse documento, que o delegado do mesmo partido em Portugal, Adalberto Costa Júnior, considerou importante para o esclarecimento de uma "questão extremamente sensível", como é a de eventualmente se poder pensar que Savimbi e "Gato" estão com reacções diferentes às medidas tomadas por Luanda.

O líder da UNITA tem a disposição firme de se encontrar de novo com o Presidente José Eduardo dos Santos, mas depois das decisões aprovadas esta semana pelos deputados do

MPLA até parece que esse encontro já não seria necessário, uma vez que agiram unilateralmente, declarou-nos entretanto, em Lisboa, um membro da Comissão Política, Carlos Fontoura, que também irá ao Bailundo se esse órgão vier a ser convocado durante a próxima semana.

Numa reunião entre os chefes dos dois principais partidos avançou-se mais do que em seis meses de trabalho nas comissões, admitiu aquele destacado militante do Galo Negro, mesmo sem poder confirmar as afirmações do ministro angolano das Relações Exteriores, Venâncio de Moura, segundo as quais José Eduardo e Jonas Savimbi estariam dentro de dois meses em Bruxelas para uma conferência internacional de doadores.

Ainda de acordo com Fontoura, o que importa ao presidente da UNITA não é o seu estatuto individual, mas sim a defesa de todos aqueles militares que durante tantos anos combateram pelos ideais do movimento. Pelo que não faria muito sentido que o Governo viesse a ter uma vice-presidência especialmente reservada para Jonas Savimbi, a título pessoal, e não tivesse em conta muitas das outras preocupações da oposição.

No seu entender, o MPLA bem poderia esperar dois ou três meses que todos os deputados da UNITA fossem ocupar os lugares para que foram eleitos em 1992, para que depois a Assembleia discutisse e tomasse decisões com muito mais propriedade.

Perigo de retrocesso

As discussões bilaterais a nível dos diversos grupos de tra-

reunião vai vigorar até o final de 1997, incorporando alguns acordos bilaterais assinados no primeiro semestre deste ano, nomeadamente nas áreas da Justiça e Defesa, quando se deslocou a Maputo o ministro Laborinho Lúcio e durante a visita a Portugal do titular da Defesa moçambicana, Aguiar Mazula.

A Administração Interna é outra das vertentes a tratar pela comissão mista, estando em perspectiva a assistência portuguesa ao primeiro processo eleitoral autárquico em Moçambique, que está mar-

balho que funcionam no âmbito da Comissão Conjunta criada pelo protocolo de Lusaca arrastam-se há quase um mês sem grande resultado; e ontem, em Luanda, um oficial general chegou mesmo a dizer ao correspondente do PÚBLICO que se parecia "estar-se mais próximo de reiniciar os combates do que de consolidar a paz".

Reunidos na quarta-feira, os chefes dos estados-maiores de um e outro lado, generais João de Matos e Arlindo Chenda Pena, Ben-Ben, não conseguiram ultrapassar as divergências sobre o destino a dar aos 140.000 homens que as suas forças totalizam; e dos quais 50.000 terão de vir a ser desmobilizados dentro de um ano e meio.

Dado que sentados só frente a frente os generais de um e outro lado parecem ter alguma dificuldade em se entender, já se está a pensar na reactivação da comissão "ad hoc" que chegou a ser dirigida pelo general nigeriano Chris Garuba, que era até há pouco o comandante operacional das Nações Unidas em Angola.

Nas Forças Armadas unificadas por altura da realização das eleições, em Setembro de 1992, a UNITA tinha 12 oficiais, incluindo quatro generais, mas fonte militar governamental disse que Jonas Savimbi já não contaria agora muito com eles, preferindo substituí-los por outros da sua inteira confiança.

Tanto quanto se sabe, o Governo não está interessado em que no futuro as Forças Armadas sejam constituídas em partes iguais por homens oriundos dos dois exércitos, preferindo deixar em minoria os que são oriundos do Galo Negro. ■

* Com Aguiar dos Santos,

Portugal e Moçambique

Cooperação preparatória

PÚBLICO, 24.7.95

REUNE-SE amanhã em Maputo a comissão mista que vai defender o quadro de cooperação entre Portugal e Moçambique para os próximos dois anos. Da parte portuguesa, a principal "prioridade política" é a educação, embora ainda não tenham sido definidos programas concretos. Mas já são conhecidas as intenções

de cooperação entre universidades dos dois países nas áreas de Direito, Letras e Arquitectura. A Universidade Pedagógica de Moçambique já pediu a Portugal apoio para a formação no ensino de língua portuguesa na faculdade que aquela instituição pretende abrir em Nampu.

O documento que sair da

colaboração para 1996. Uma colaboração que implica assessoria técnico-jurídica, bem como formação de quadros, no âmbito da reorganização do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral.

A delegação portuguesa será chefiada pelo secretário de Estado da Cooperação, Briososa e Gala, que chega hoje à capital moçambicana, tendo já encontrado marcados com o Presidente Joaquim Chissano, o primeiro-ministro Pascoal Mocumbi e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama. ■

FMI impõe pagamento das dívidas a Portugal

EXPRESSO, 22.7.95

GUSTAVO COSTA
correspondente
em Luanda

«ANGOLA começará a negociar, em Setembro, a liquidação da primeira tranche de uma dívida — relativa a centenas de empresas portuguesas e avaliada em 400 milhões de dólares — a partir de um financiamento inicial de 100 milhões de dólares concedido pelo Governo de Lisboa, ao mesmo tempo que dará o pontapé de saída para iniciar a regularização dos atrasados para com as instituições multilaterais.»

Estas garantias foram dadas ao EXPRESSO pelo governador do Banco Nacional de Angola (BNA), António Furtado, numa primeira reacção às exigências impostas esta semana em Washington pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), em resposta ao pedido de monitorização do programa do Governo de Luanda formulado pelo ministro das Finanças Augusto Tomaz.

Neste momento, uma equipa de peritos do Banco Central de Angola define os critérios para a afectação das verbas destinadas a saldar a dívida dos pequenos credores portugueses que, segun-

do António Furtado, terão de se pautar pela «máxima transparência», desde a ratificação das facturas «pro forma», passando pela confirmação da chegada da mercadoria a Angola devidamente visada pela Alfândega, até à autenticidade da origem portuguesa dos produtos.

Falsa base de dados

A conversão da outra parte da dívida em moeda nacional, activos e capital ou até a sua eventual compra, surge agora como uma das propostas a ser avançada pelo BNA que, beneficiando da receptividade das autoridades portuguesas, está a concluir a elaboração de um quadro orgânico que dê substância a esta intenção do executivo angolano.

Segundo um respeitado economista da oposição, se o rigor e a seriedade continuarem a ser ignorados por Luanda, muito dificilmente Angola convencerá as instituições financeiras internacionais da exequibilidade de um pacote de reformas que, de acordo com a mesma fonte, apesar de bem intencionado, se apoia num sistema de governação de confiança duvidosa, inspirada numa falsa base de dados.

«Não se pode apoiar um Governo que transforma todos os anos os ministros das

Finanças em produtos descartáveis e que só na aparência recebem apoio político do poder central», disse ao EXPRESSO um alto funcionário do Banco Mundial (BM).

É certo que às repetidas exigências colocadas esta semana à mesa das negociações pelos peritos do FMI — de transparência nas transacções daquilo que já se convencionou chamar de «triângulo das Bermudas» (as operações cruzadas entre a Sonangol, Tesouro e BNA) —, Augusto Tomaz soube antecipar-se com o anúncio da entrada em efectividade a partir de Setembro da «conta-petróleo», pondo termo a um longo e vicioso ciclo de execução de operações alegadamente atribuídas a fins de Estado, que não eram bancarizadas. É verdade, também, que os efeitos da eliminação dos subsídios aos combustíveis apresentados pela delegação angolana irão permitir ao país deixar de perder diariamente cerca de 670 mil dólares.

No entanto, para o FMI e o BM, Angola terá de imprimir novo fôlego na aplicação rigorosa de uma política restritiva que elimine o crédito ao Estado e, através da poupança, permita ao BNA ter uma intervenção activa num mercado de câmbios

para cujo controlo, de acordo com um estudo de técnicos desta instituição, precisaria de cerca de 200 milhões de dólares anuais.

É que mesmo a aplicação de medidas de contenção da actual tendência inflacionista, nomeadamente o corte de subsídios aos combustíveis ou a tentativa de convergência entre a taxa de câmbio do mercado oficial e a do mercado paralelo continuarão, segundo um especialista do BM, a constituir uma «prova de fogo» para Augusto Tomaz «enquanto o Governo não provar que está capaz de reduzir as despesas militares».

Por isso, trazendo na bagagem a exigência prévia de primeiro começar por amortecer de forma faseada a dívida externa, que está avaliada em 11 biliões de dólares, para só depois poder contar com o apoio do FMI para um programa de reajustamento em 1996, o ministro das Finanças terá que dar mostras de possuir um «punho de ferro» para romper com o clientelismo político e a pressão chantagista dos militares sobre o Orçamento Geral do Estado, reduzindo assim as múltiplas despesas incontroladas que estão na base do surto inflacionista responsável pela actual imobilização da economia angolana.

“Quem tem medo da Commonwealth?”

PÚBLICO, 26.7.95

José Pinto de Sá,
em Maputo

Joaquim Chissano confirmou a decisão do seu Governo de aderir à Commonwealth, mas garantiu que isso não afastará Moçambique da lusofonia. Contudo, as suas explicações não dissiparam todas as dúvidas.

O Presidente moçambicano anunciou sexta-feira em Maputo que o seu país vai aderir à Comu-

nidade Britânica, caso isso mereça o acordo dos Estados membros. “Nós aderiremos à Commonwealth porque só vemos vantagens”, avançou Chissano, justificando a medida sobretudo pela localização geográfica. “No seio da SADC, onde somos 12 países, só dois é que não são membros”, disse ele, referindo-se a Angola e Moçambique.

Os seis países que têm fronteiras comuns com Moçambique são todos de língua inglesa, mas Chissano afastou a hipótese de qualquer alteração do idioma oficial. “Há de facto o receio de alguns círculos portugueses de que a adesão de Moçambique à Commonwealth significaria que o nosso país deixaria de

falar português e passaria a falar inglês”, reconheceu Chissano, garantindo contudo que “isso não corresponde a nenhuma realidade”.

O Presidente moçambicano revelou que a ideia da admissão de Moçambique na Commonwealth partiu de alguns Estados membros, sem contudo avançar quais. “Quando essa sensibilidade nos chegou aos ouvidos”, disse Chissano, “iniciámos um processo de auscultação”. Esse processo deve estar concluído em Setembro, de modo a que Moçambique possa apresentar a sua candidatura na próxima cimeira da organização, agendada para Novembro. Na ocasião, trocará o actual estatuto de observador pelo de membro de pleno direito.

Garantias de Chissano

Joaquim Chissano frisou que, caso o abandono do português fosse condição “sine qua non” para o ingresso na Comunidade Britânica, a ideia seria posta de lado. “Nós não iríamos aderir a tal organização, porque isso seria negarmos a nossa própria personalidade”.

Chissano reiterou o empenho de Moçambique na manutenção do português como idioma oficial, no estreitamento da cooperação com os PALOP e na criação de Comunidade dos Países

Continua na pág. 9

Angola procura ministro da Defesa

Dino Matross é uma hipótese

PÚBLICO, 28 7 95

EMBORA se aventem outras hipóteses, Dino Matross será, entre os vários generais angolanos na reserva, o mais bem colocado para substituir o ministro da Defesa, Pedro Maria Tonha, "Pedalé", falecido em Londres no dia 18, aos 54 anos, vítima de cancro no fígado.

Segundo fonte militar, outros candidatos ao lugar seriam os generais Pedro Sebastião, actual vice-ministro da Defesa, e Felisberto Monimambo, embaixador no Zaire, admitindo-se que também se incluía no leque de opções Kundy Pahiana, recentemente nomeado governador da província da Huíla.

Tratando-se de um cargo em grande parte figurativo, que depois de ter começado a vigorar o multipartidarismo em 1993 perdeu grande parte da sua importância a favor do Chefe do Estado-Maior General, não despertará muitos "apetites" entre as altas chefias militares, acabando por não criar dificuldades de escolha ao Presidente José Eduardo dos Santos, comandante-chefe das Forças Armadas. Em última análise, este último poderia até optar por indicar Pedro Sebastião para interinamente exercer o cargo, até à entrada em funções do futuro Governo de Unidade Nacional, possivelmente no fim deste ano ou princípio do próximo.

No entanto, a substituição imediata de "Pedalé" também é de ter em conta e cada um dos candidatos ao lugar, além da patente comum que ostentam, deve ser visto como um caso à parte. A seu desfavor Pedro Sebastião terá o facto de ser um general no activo, além de que a sua relativa juventude (41 anos) faz crer que não pode passar à frente de oficiais da mesma patente que exibem um passado de luta anticolonial. Esta

seria uma vantagem para Monimambo, que entretanto tem contra si o seu longo afastamento das lides militares, que trocou pela carreira diplomática. Kikongo de origem, tal como Holden Roberto, o líder da FNLA, o embaixador em Kinshasa poderia ainda ser chumbado pela ala dura do MPLA, atendendo ao apoio que em 1974 manifestou à "Revolta Activa", uma dissidência liderada por Gentil Viana e pelo entretanto falecido Mário de Andrade, destinada a combater o presidencialismo de que era acusado António Agostinho Neto.

Coesão nas Forças Armadas

Por seu turno, Kundy Pahiana, considerado "um homem problemático", seria certamente entre os diferentes candidatos o que mais dificuldades teria na coabitação com o Chefe do Estado-Maior, general João de Matos, que é o verdadeiro "patrão" das Forças Armadas Angolanas (FAA). "Pahiana é um incondicional do Presidente, mas a sua frontalidade torna-o por vezes inconveniente. E nesta fase sensível do processo de paz tem que existir a maior coesão nas Forças Armadas", defendeu uma das fontes militares ouvidas pelo PÚBLICO.

Já na sua qualidade de conselheiro do Chefe do Estado-Maior, Kundy Pahiana concedeu uma polémica entrevista à "Revista Militar" que seria pessoalmente censurada por João de Matos, verberando os alegados sinais de corrupção entre as altas chefias militares e criando assim um indistigável mal-estar nos meios castrenses.

Seguindo a lógica da exclusão das partes, Dino Matross,

cuja fidelidade a José Eduardo dos Santos é inquestionável, é pois a figura mais bem posicionada para ocupar o cargo, uma candidatura reforçada com o seu estatuto de membro do Bureau Político do MPLA. "O Presidente não vai com os que gostam de 'fazer ondas' e Matross é a pessoa mais indicada para esse lugar", sustentaram as nossas fontes. Mas, apesar de o Presidente possuir total carta branca para escolher o homem da sua preferência, o mais certo é que não o faça sem o consenso da cúpula do MPLA, evitando assim, como já tem sucedido, que o acusem de tomar decisões importantes apenas em consonância com a sua pequena "entourage" do Futungo de Belas.

O consenso de José Eduardo dos Santos poderá mesmo ser alargado a uma espécie de "comité de sábios" (com oficiais superiores do ministério da Defesa e do Estado-Maior) que tem estado a discutir o nome que sucederá a "Pedalé". Este é hoje de manhã oficialmente homenageado no salão nobre do Governo provincial de Luanda, na presença do Presidente, que interrompeu as férias no sul da França, e amanhã os seus restos mortais são colocados no cemitério da missão católica de Cabinda.

Seja como for, e apesar do formalismo do cargo de ministro da Defesa, a verdade é que o futuro titular da pasta não poderá permanecer indiferente ao clima de insatisfação que, de acordo com uma das nossas fontes, se terá instalado entre os soldados e oficiais subalternos, descontentes sobretudo com os baixos salários e a ausência de outras regalias. "Mesmo entre os generais nem todos têm muito dinheiro ou são ricos e só fazendo esquemas é que sobrevivem".

O desaparecimento de "Pedalé" deixou também um vazio na coordenação da "task force" governamental encarregada de encontrar uma solução negociada com os movimentos independentistas de Cabinda. Mas nesta última função, e durante a fase terminal da doença, já havia sido substituído pelo ministro do Interior, André Petroff. Foi este quem conduziu as últimas negociações secretas com o líder da FLEC-Renovada, José Tibúrcio, nos princípios de Junho, junto a Windhoek, capital da Namíbia.

Cabinda

Segundo o pastor protestante Justino Waco, que preside ao Comité dos Nacionais de Cabinda, não há ainda informações seguras sobre os resultados das negociações, mas o PÚBLICO apurou em meios a elas ligados que foi debatida a suspensão das actividades militares no enclave, bem como os contornos de uma futura autonomia e a cooperação com o Governo central. Justino Waco defende que não se deve prosseguir as conversações sem envolver a FLEC/FAC, de Nzita Tiago, considerada a facção mais radical.

Entretanto, o semanário "Comércio Actualidade", de Luanda, afirmou que as iniciativas do Governo quanto a Cabinda "não têm sido de boa fé, porque acima de qualquer diálogo o aliciamento através de dinheiro assume posição de destaque". E assegurou que na reunião de Junho a delegação governamental teria entregue um "envelope fechado" a José Tibúrcio e seus correlegionários, alegadamente com milhares de dólares. ■

Aguar dos Santos, em Luanda

Continuação da pág. anterior

"Quem tem medo da Commonwealth?"

de Língua Portuguesa (CPLP). No entanto, em Moçambique, muita gente pensa que o conceito de comunidade permanece por definir com nitidez.

No seu editorial de segunda-feira, o diário "MediaFax" escrevia: "Nós imaginamos uma comunidade assente numa certa maneira de viver a vida, uma partilha dos encantos subversivos do piripiri, e Lisboa sempre a reduzir a comunidade a um exército defensor de uma língua. Para quê este tribalismo linguístico? Que é feito, afinal de contas,

do pendor português para a mestiçagem?"

A institucionalização da CPLP, marcada para a cimeira dos chefes de Estado dos Sete a realizar em meados de 1996, em Lisboa, está agora mais perto, após a recente IV Reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros, na mesma cidade. No termo da reunião, o chanceler moçambicano, Leonardo Simão, declarou que "não há objecções nenhuma" para que o seu país ratifique o Acordo Ortográfico. Contudo, até à data, o acordo foi apenas ratificado pelo Brasil, Cabo Verde e Portugal.

"É maningue naice!"

Neste contexto, a adesão de Moçambique à Commonwealth não podia deixar de reacender temores. Uma professora do secundário, em Maputo, queixou-se: "Não temos apoio para ensinar o português. Vamos acabar sendo engolidos".

O canal estatal TVM vai iniciar brevemente a transmissão de um curso de inglês produzido pela BBC e oferecido pelo British Council. O curso está a ser aguardado com muito interesse, porque hoje em dia, em Moçambique, dificilmente se

arranja emprego num escritório sem o uso fluente do inglês, que já é de facto a língua de negócios no país. O português permanece, entretanto, a língua de unidade nacional, usada de norte a sul nas escolas, na administração e nos quartéis, coexistindo em cada região com as chamadas "línguas nacionais".

Em Maputo, onde se amalgama um décimo da população do país, a fala do homem da rua mistura, descomplexada, o português, os vários dialectos do tsonga e o inglês: "É maningue naice!" ■

Jurássicos e nova vaga defrontaram-se no Comité Central da Frelimo

Renovação na continuidade

PÚBLICO, 29 7.95

"O PARTIDO está mais reforçado", insistiu o Presidente Joaquim Chissano no fim da quinta sessão do Comité Central da Frelimo, concluída no princípio desta semana na Matola, a 10 quilómetros de Maputo. No entanto, a retórica unitária já não consegue esconder as profundas divergências no interior do partido governamental moçambicano. Sempre conciliante, o chefe do Estado logrou pelo menos adiar o afastamento dos dirigentes históricos, mas ainda assim a pressão dos renovadores causou a queda do secretariado do CC e terá levado ao suicídio um dos seus membros, Eduardo Arão.

Em Marçó, Chissano reconheceu pela primeira vez a existência de "várias frações no seio da Frelimo" e toda a gente esperava que elas se confrontassem nesta sessão do Comité. Assim foi. Embora tenham decorrido sobre o habitual secretismo, sabe-se que os debates foram tão acalorados que Marcelino dos Santos, o mais arcaico dos conservadores, partiu os olhos dando punhadas na bancada.

A velha guarda frelimista, onde se destacam os ex-ministros Armando Guebuza, Teodato Hunguana e Aly Dauto, considerou-se insultada por o Presidente não ter consultado o partido para formar Governo, em Janeiro, e haver deixado de fora quase todos os dirigentes históricos.

A ala renovadora, encabeçada por Alcídio Nguenha, da Comissão Política, exigia a substituição do secretariado e a reestruturação da Frelimo para poder responder aos desafios colocados pelo multipartidarismo. O secretário-geral, Feliciano Gundana, foi acusado de incapacidade de adaptação por Manuel Tomé e integra mais três homens e duas mulheres, todos eles desconhecidos do grande público.

Manuel Tomé, de 42 anos, é natural de Manica, aderiu à Frelimo depois do 25 de Abril e fez a sua carreira no jornalismo de Estado, escalando o aparelho com perseverança, sucessivamente como chefe de redacção do matutino ao trabalho partidário em democracia e de falta de dinamismo na campanha eleitoral de Outubro do ano passado. Sob o peso das críticas, os membros do secretariado não tiveram outro remédio senão colocar os cargos à disposição do CC.

Os ataques ao secreta-

riado envolveram igualmente críticas de gestão imprópria de fundos partidários. Terá sido em consequência dessas acusações que, na quinta-feira, o secretário para a Administração e Finanças, Eduardo Arão, se suicidou com um tiro na cabeça. Semanas antes, um tabloide maputense noticiara que esse elemento do Comité Central estava a comercializar na capital um carregamento de cerveja sul-africana oferecida em 1994 pelo Presidente Nelson Mandela para a campanha eleitoral da Frelimo.

Compromisso

Para substituir o secretariado surgiram inicialmente várias listas. Chegou a falar-se do ponta de lança renovador, Alcídio Nguenha, para secretário-geral, mas isso era demais para a velha guarda. Teodato Hunguana, um dos dirigentes mais poderosos da ala conservadora, terá ameaçado entrar na corrida, caso Nguenha se candidatasse. Finalmente, foi aprovada por consenso uma lista de compromisso que concorreu sozinha.

O novo secretariado é enca-

do "Notícias", secretário-geral da Organização Nacional de Jornalistas e director da Rádio Moçambique, acumulando funções de porta-voz do Comité Central.

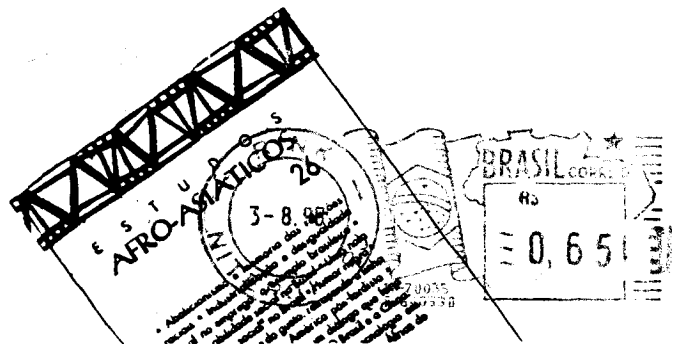
O espírito de compromisso que presidiu à escolha de Tomé e da sua equipa também esteve patente nas decisões sobre a reestruturação do partido. O Comité Central concordou que se impunham mudanças, mas não as confiou aos renovadores. Pelo contrário. A comissão "ad hoc" criada para o efeito é dirigida pelo ex-ministro da Informação Rafael Maguni, um veterano da linha dura. A comissão tem 60 dias para apresentar propostas para a reestruturação do partido, "por forma a adequá-lo à necessidade de maior intervenção na sociedade e às exigências de maior rigor financeiro e à necessidade de uma correcta interacção" com o Governo e a bancada parlamentar.

Uma vez mais Chissano terá logrado construir improváveis consensos e preservar a unidade, protelando o choque frontal para o VII Congresso, que estava previsto para 1996. A fim de ganhar mais algum tempo, conseguiu o seu adiamento para 1997, alegadamente para não dispersar as forças necessárias à disputa das autárquicas, no próximo ano. ■

José Pinto de Sá, em Maputo

Notícias Africanas

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto. Correspondências devem ser encaminhadas à Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. WE ASK FOR EXCHANGE.



HD

I M P R E S S O